



O FUTURO DA MINHA CIDADE

**MANUAL
DO PROJETO**
SEGUNDA EDIÇÃO



CBIC

CBIC





O FUTURO DA MINHA CIDADE



Manual de implantação do Conselho de Desenvolvimento da Cidade

Brasília, DF maio de 2018

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Sumário

1 - Introdução	09
2 - Sociedade Civil Organizada	13
3 - Como criar uma Governança da Sociedade Civil Organizada	17
Passo-a-Passo	20
1 - Sensibilização	21
1.1 - Da organização do evento	22
2 - Mobilização	23
3 - Institucionalização	24
4 - Formalização	28
5 - Legalização	28
6 - Operacionalização	29
6.1 - Calendário, organização, registros e avaliações de desempenho	29
6.2 - Indicadores	30
6.3 - Parceria entre o poder público e a governança	32
7 - Planejamento do presente e do futuro	34
4 - Como tem Avançado o projeto CBIC – “O Futuro da Minha Cidade”	37
5 - As Megatendências Globais e O Futuro da Minha Cidade	47
6 - Considerações complementares	55





1- Introdução



1 - Introdução

Até 2050 espera-se que a população urbana quase duplique, fazendo da urbanização uma das mais transformadoras tendências do século XXI. À medida que a população, as atividades econômicas, as interações sociais e culturais, assim como os impactos ambientais e humanitários, estão cada vez mais concentradas nas cidades, constituem-se desafios de sustentabilidade massivos em termos de habitação, infraestrutura, serviços básicos, segurança alimentar, saúde, educação, empregos, segurança pública, recursos naturais, entre outros, de acordo com a Nova Agenda Urbana do Habitat III (Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - Quito – Equador 2016). Certamente estamos falando de cidades mais “inteligentes” e mais bem administradas e que demandarão abordagens inovadoras para conseguir respostas a altura.

No Brasil, dentre tantos desafios enfrentados pelos governos, fontes de financiamentos serão dos mais relevantes, assim como o uso da tecnologia será crucial em projetos de planejamento urbano. A mobilidade, especificamente, terá de ser tratada com mais atenção, a exemplo da res-

trição ao acesso de automóveis particulares em determinadas regiões das metrópoles, por meio da cobrança de pedágios e da política de rodízio de veículos em diversos países desenvolvidos. Inovações serão indispensáveis para amenizar ou solucionar os inúmeros desafios hoje presentes e que serão potencializados. Está-se falando de produtos geneticamente modificados, agricultura de precisão, outras fontes energéticas, neurociência, biotecnologia, nanotecnologia e suas implicações no avanço da inteligência artificial e, ainda, da comunicação móvel, que disseminará os benefícios da inovação exponencial para todo o mundo.

As consequências desse intenso processo de urbanização são diversas, como bem citado no evento Habitat III, em 2016. Por um lado, nunca fomos tantos e tão conectados em escala global. E nunca se teve tamanho conhecimento científico acumulado com acesso tão fácil. Mas as inovações e os saberes do século XXI convivem com carências do século XIX, como saneamento básico e moradia digna. Nosso maior objetivo está em conectar esses dois mundos: o das soluções e o dos desafios. E isso pode ser feito com planejamento de longo

prazo, desdobrando-se em ações na linha do tempo que construirão um futuro mais sustentável.

Contribuindo para o enfrentamento do desafio de criar cidades melhores, a CBIC, desde 2012, tem trabalhado no projeto “O Futuro da Minha Cidade”, visando criar e fortalecer o protagonismo na sociedade civil organizada de pensar e atuar no planejamento de um futuro para as cidades, e, neste caso, a proposta seria de pelo menos 20 anos.

O projeto surgiu a partir da experiência bem-sucedida da cidade de Maringá-PR, por meio do seu Conselho de Desenvolvimento Econômico – CODEM. Atuante há mais de 20 anos, este conselho é de caráter deliberativo e consultivo e tem como finalidades propor e fazer executar a

política de desenvolvimento econômico, social e planejamento urbano. De participação voluntária e apartidária, com visão e planejamento de futuro, a sociedade civil organizada e a prefeitura têm alcançado excelentes resultados para a cidade - Maringá foi primeiro lugar na gestão fiscal no Paraná, por oito anos consecutivos, e a oitava melhor cidade do Brasil. Pelos resultados e pelo protagonismo de mais de duas décadas de funcionamento, o CODEM se mostrou um modelo que pode ser replicado em outras cidades do Brasil.

Passados seis anos do projeto, a CBIC lança a segunda edição do manual, trazendo novos conhecimentos sobre governança compartilhada e mobilização da sociedade civil, conceitos já incorporados pelo projeto.







2 - Sociedade Civil Organizada



2 - Sociedade Civil Organizada

Quem pode promover a construção de uma nova sociedade, obter o desenvolvimento sustentável para uma cidade? As pessoas. “Haja visto [sic] que o desenvolvimento não é um resultado automático do crescimento econômico, é o resultado das relações humanas, do desejo e da vontade das pessoas de alcançarem uma melhor qualidade de vida para todos. O desenvolvimento depende da adesão das pessoas, da decisão de se colocarem como sujeitos sociais. Portanto, a qualidade do desenvolvimento depende da qualidade das pessoas, ou seja, do capital humano”, segundo Juarez de Paula, analista da Diretoria Técnica no Sebrae Nacional.

O desenvolvimento também requer o crescimento dos níveis de cooperação e confiança entre as pessoas, aquilo que se convencionou denominar de “capital social”. Não é possível existir desenvolvimento sem organização, participação e empoderamento das pessoas. Mas isso não acontecerá se não se construírem redes de solidariedade e de ajuda mútua.

Portanto, a potencialidade social é essa trama, essa teia, esse tecido, essa rede de conexões, que, quanto mais forte, mais capaz será de gerar desenvolvimento sustentável e que podemos denominar de sociedade civil organizada. As estratégias de planejamento e gestão compartilhada, por serem participativas, contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, ampliando as possibilidades de empoderamento da população local e facilitando a conquista da boa governança, que são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável.

A CBIC, por meio do projeto “O Futuro da Minha Cidade”, busca a formação, a organização e o protagonismo da sociedade civil na gestão das cidades, constituída por uma governança capaz de planejar o futuro, de forma a organizar as escolhas feitas no presente, levando em conta os desafios e os potenciais, sendo também capaz de acompanhar e monitorar o poder público no desenvolvimento de suas ações em direção ao planejado, bem como recebendo os líderes públicos para compartilhá-

rem desafios e oportunidade das cidades com essa governança, em um exercício da corresponsabilidade dos cidadãos.

O Brasil pode ser o país do futuro, pode, sim, enfrentar os desafios e oportunidades que são apresentados pelas megatendências e pelas carências do século XIX, desde que haja um projeto, um plano de longo prazo, e passar o país a limpo pode acontecer do municipal e do regional, tomando dimensões mais abrangentes. O capital humano e o social, manifestando-se como so-

cidade civil organizada no exercício democrático de participação, do envolvimento e na corresponsabilidade, podem ser implementados a partir dos municípios e é esse alicerce que o projeto está procurando construir e sobre o qual poderemos desenvolver uma nova sociedade.

Caminhos para construir uma governança da sociedade civil organizada para pensar e planejar o futuro das cidades é a tarefa do próximo capítulo.

Evento O Futuro da Minha Cidade - Natal-RN

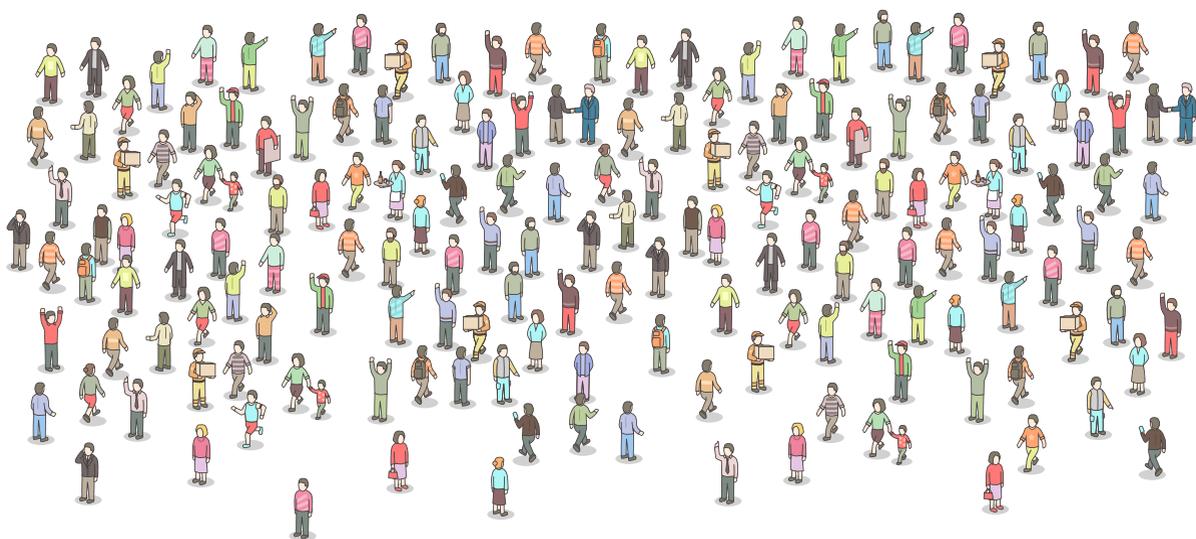






3 - Como criar uma Governança da Sociedade Civil Organizada

3 - Como criar uma Governança da Sociedade Civil Organizada



Após seis anos do projeto CBIC - O Futuro da Minha Cidade - com a experiência do CODEM de Maringá, foi possível visualizar alguns caminhos que podem contribuir para se mobilizar a sociedade, formar a potencialidade social necessária para ser protagonista e não refém do futuro nas cidades, criando soluções para a sustentabilidade urbana, no sentido mais amplo da palavra.

Ainda que com as experiências inspiradoras e alguns anos de projeto em campo, faz-se importante destacar que é fundamental compreender que cada cidade tem seu tamanho, suas características peculiares, sua identidade cultural, vocações econômicas e potencialidades próprias que precisam ser respeitadas e incorporadas no desenvolvimento do projeto. A história, a idade, a evolução populacional, o nível de organização social



e de experiência com o voluntariado são componentes extremamente importantes para que o êxito do projeto seja alcançado, pois um programa desse tipo exige certo grau de maturidade da sociedade organizada e será relevante avaliar e considerar esses aspectos na condução do projeto.

Para que o projeto possa ser implementado, é recomendável buscar apoio especializado, além de serem necessários alguns requisitos básicos, partindo da premissa de que as entidades locais, ligadas ao setor da indústria da construção, serão o indutor do processo:

- interesse + liderança + compromisso do presidente/lideranças das entidades locais, ligadas ao setor da indústria da construção;
- capacidade de contrapartida;
- obtenção do apoio de outras lideranças da cidade;
- obtenção do entendimento e concordância do governo municipal sobre a ideia;
- necessidade e/ou oportunidade;
- interesse estratégico da entidade na replicabilidade.

Ao iniciar o projeto, certamente algumas lideranças das entidades locais, ligadas ao setor da indústria da cons-

trução ou outras instituições convidadas por esta se posicionarão em alguma das funções abaixo:

- **indutores:** assumirão o papel de iniciar o projeto, por liderar ações de sensibilização e mobilização de tantas outras lideranças e formadores de opiniões na cidade, formando um conjunto com articuladores locais que ajudarão a decidir sobre aspectos-chave para sucesso do projeto;

- **participantes:** formadores de opinião, lideranças comunitárias e empresariais, representantes de associações de classe, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e poder público. Cidadãos que possam contribuir com o processo, dedicando seus conhecimentos, habilidades e atitudes. Os participantes devem também ser partes interessadas, pois seus negócios, emprego, família e qualidade de vida serão beneficiados pelos resultados;

- **facilitadores:** indivíduos com capacidade técnica para planejar, preparar e administrar o processo, mantendo-se neutros no conteúdo e sobre os resultados. Terão contribuição relevante para ajudar as lideranças a ganharem foco, direção e celeridade. Trata-se de especialistas contratados e/ou a equipe técnica que se pode formar para a gestão da governança.

Passo-a-Passo





1. Sensibilização

Nesta etapa, os objetivos são estimular as lideranças e formadores de opinião a tomarem a decisão de irem adiante com o projeto e definir quem serão as lideranças encarregadas de dar os próximos passos.

Antes de iniciar oficialmente o processo, é muito importante uma articulação com o prefeito, Câmara de Vereadores e principais instituições da sociedade, de forma a garantir

que eles estejam bem informados sobre a ideia, e compartilhamento de material com relato de experiências similares.

A proposta é realizar um evento para introduzir o programa e convidar os participantes, adotando, no convite, uma comunicação instigante e desafiadora. A divulgação deve abordar as perguntas-chave a que os participantes deverão responder durante o processo, desafiando a participação no planejamento do futuro da cidade.

É importante que o maior número de lideranças da comunidade



estejam presentes, tanto públicas quanto da iniciativa privada. No evento terão a oportunidade de conhecerem casos de sucesso, como o de Maringá, bem como de outras cidades mais recentes, demonstrando que é possível e desejável a implementação de um programa de planejamento de longo prazo para a cidade, orientado pela sociedade organizada.

Esse momento será importante para que os participantes apontem estudos, planejamentos de longo prazo, já iniciados pela cidade, seja por iniciativa do poder público ou da própria sociedade organizada, planos para 2030 ou mesmo com horizontes mais alargados. Bem como, iniciem diálogos sobre a convergência, o envolvimento e o somatório de esforços dos participantes para implementação da governança, maximizando, acelerando e fortalecendo ou eventual-

mente aderindo a iniciativas ou instituições que já estejam formalizadas e em operação.

1.1. Da organização do evento

- identificar um local adequado para receber a palestra de sensibilização, com infraestrutura adequada;
- é recomendável ter, à disposição, o levantamento mais atualizado dos indicadores econômicos e sociais locais para embasar os encaminhamentos;
- ao se formar a lista de convidados, há que se pensar de forma ampla, buscando-se contemplar todas as instituições presentes na cidade, de classe, empresariais, clubes de serviço, religiosas (cúria diocesana e ordem dos pastores, se houver), instituições de ensino superior, conselhos profissionais como OAB, CREA, CRM etc., sindicatos patronais e trabalhis-

“ Ao se formar a lista de convidados, há que se pensar de forma ampla, buscando-se contemplar todas as instituições presentes na cidade. ”



tas, instituições representativas das associações de moradores, vereadores e administração municipal;

- algumas pessoas emblemáticas da cidade, com o histórico de apoiar e colaborar com causas coletivas, também devem ser convidadas mesmo que não estejam integrando instituições;
- a imprensa local deve ser convidada com ênfase especial, mediante o apelo de que pode estar acontecendo um fato histórico na vida da cidade. O envolvimento dos meios de comunicação deve ser permanente durante todo o processo;
- uma lista deverá ser providenciada com o título “Apaixonados”, contendo os mesmos dados da lista de

presença, acrescidos apenas de um espaço para dia da semana. Esta lista será usada no final do evento para ver quem participará dos próximos passos e, na coluna “dia da semana”, eles assinalarão o dia que seria mais adequado para se fazer as próximas reuniões e seguir com as próximas etapas.



2. Mobilização

Esta etapa parte da lista de “apaixonados”, decorrente da palestra de sensibilização.

O objetivo é organizar as instituições da sociedade civil que assumirão

o compromisso de implementar o projeto. Explicações aos representantes sobre os próximos passos serão dadas para que entendam suas responsabilidades e possam contribuir da melhor forma. Este grupo deverá ser identificado como legítimos representantes de significativa parte da população ou pelo menos dos principais formadores de opinião. Com o propósito de motivar a participação, o envolvimento das pessoas e ser a pauta inicial do movimento, cabe um trabalho em conjunto de estudos de planos anteriores, com levantamento das potencialidades, dos desafios ou obstáculos e dos projetos de futuro.

Se na fase de sensibilização o envolvimento do governo municipal não ocorreu e também não participaram da fase de mobilização, é fundamental que ocorra uma reunião de trabalho do consultor com o prefeito e sua equipe de governo, no sentido de disseminar o conceito e explicar, com clareza, os objetivos e o funcionamento.



3. Institucionalização

Uma vez mobilizadas as forças da comunidade, é preciso instituciona-



Evento O Futuro da Minha Cidade - João Pessoa-PB



lizar o movimento, dando-lhe um formato, um nome e trabalhando sua estruturação operacional, jurídica e sustentabilidade financeira, de forma a custear todas as etapas.

Estabelecer um grupo coordenador, composto pelas lideranças do processo, bem como, que seja solicitado à prefeitura que indique um interlocutor para acompanhar e participar como observador do processo. Nesta fase é recomendável contratar um diretor executivo para acompanhar e dar início à gestão do movimento que começa a se estruturar em uma governança, uma vez que a disponibilidade do voluntariado não será suficiente para a celeridade das ações e estudos.

Levantamento de custos e responsabilidades, forma de participação – a efetiva implantação do projeto na cidade terá custos e implicará em responsabilidades que devem ser quantificadas e distribuídas entre os envolvidos e o diretor executivo bem como as formas de contribuição, arrecadação, organização das reuniões etc.

Realização de reuniões no mínimo quinzenais com os interessados no processo de constituição da governança, bem como de mais eventos para apresentação da proposta e ampliação da participação. O ob-

jetivo é alcançar a legitimidade da representação.

Conforme citado, a estruturação da governança é uma das tarefas para esta fase, podendo se formar das seguintes instâncias: Plenário, Conselho Consultivo, Diretoria Executiva e Câmaras Técnicas. Para o caso de uma governança privada (conforme o item Legalização), o Conselho Fiscal fará parte. Importante destacar que outras instâncias podem ser criadas ou, às já citadas, atribuírem-se nomes diferentes.

Plenário: é a instância máxima da governança, composta por membros representantes de entidades da sociedade civil e do poder público. É conduzida pelo presidente da governança. Tem as funções de avaliar, votar projetos que advêm das Câmaras Técnicas e Diretoria Executiva, bem como discutir e deliberar sobre iniciativas a serem tomadas pela governança acerca de temáticas de curto, médio e longo prazo que são impactantes para o desenvolvimento da cidade. Para a realização das reuniões, exige-se quórum mínimo, e a votação normalmente é por maioria simples. As reuniões poderão ser mensais.

Conselho Consultivo ou Estratégico: presta assessoramento nos assuntos estratégicos à Diretoria Executiva.



Formado por ex-presidentes da governança e líderes de notório saber da sociedade. As reuniões são realizadas conforme solicitações da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal: quando a governança é privada, há a necessidade da formação do Conselho Fiscal. São membros nomeados pelo Plenário com o objetivo de examinar as contas, os balancetes, apresentando parecer.

Diretoria Executiva: é o órgão estratégico e administrativo, que também planeja, desenvolve ideias, oportunidades e desafios que serão apreciados pelo Plenário, além de prezar pela administração geral e representação pública. Aqui se encontram o presidente, vice-presidente e diretor-secretário que normalmente são eleitos anualmente, e a equipe técnica. As reuniões tendem a ocorrer semanalmente.

Câmaras Técnicas: formadas por representantes do setor público e por entidades afins às temáticas. São constituídas de um presidente e vice-presidente, eleitos pelos integrantes da Câmara, e normalmente se reportam à Diretoria Executiva. Quanto aos projetos e ações em que trabalham, estes normalmente advêm de um plano maior, criado por toda a governança e, às Câmaras, são alocadas as temáticas conforme sua especialidade. Cabe as estas adotarem metodologias de trabalho e de monitoramento dos projetos e ações (monitoramento, conforme indicadores – item Operacionalização) com vistas a apresentarem seus resultados para a Diretoria Executiva, Plenário e para a sociedade.

Quando da formação das Câmaras Técnicas, ou da apropriação de um tema para estas ou a outros grupos de estudos na governança, há que se pensar em todo o processo e con-

“ Quanto aos projetos e ações em que trabalham, estes normalmente advêm de um plano maior, criado por toda a governança.

”



templar atores envolvidos direta e indiretamente. As cidades são dinâmicas e, portanto, os impactos de uma ação serão sentidos em diversas áreas. Para se citar exemplos, quando se discute sobre gastos na saúde pública, uma das maiores demandas está sobre as intervenções ortopédicas, que derivam de um trânsito violento e que, para uma discussão mais ampla, envolve educação no trânsito, mobilidade urbana, saúde e segurança pública. Outro exemplo sobre a temática segurança pública, redução do índice de violência perpassa ações da área do desenvolvimento econômico e trabalho com políticas públicas para o menor aprendiz, emprego e renda, envolve a educação, a área social, cultura, esportes, urbanismo a fim de se criarem projetos para o en-

gajamento do jovem, minimizando-se o tempo livre. É comprovado que, nas cidades onde o poder público, a sociedade e as empresas se uniram para proverem projetos que contribuam para uma agenda no contraturno escolar, os índices de segurança são muito melhores. Para todos esses exemplos e outros mais, devem fazer parte na diversidade de composição atores, especialistas presentes nas instituições de ensino superior e em tecnologia também. A tecnologia trará agilidade, capilaridade e baixos custos de ferramentas.

Quanto à contribuição dos especialistas presentes nas instituições de ensino superior, além dos professores, a participação dos universitários se faz relevante. Nem todas as cidades têm

universidades, mas todas possuem universitários. Para obter o diploma de conclusão de curso, os graduandos de quase todos os cursos precisam apresentar sua monografia ou trabalho de conclusão, bem como cumprir horas de atividade acadêmica complementar que podem ser atestadas nas áreas de pesquisa, extensão ou ensino. A elaboração de uma lista de encomendas e demandas das Câmaras Técnicas pode oportunizar a parceria das governanças com instituições de ensino superior, para que seus alunos possam adotar temas de interesse ou ter oportunidades de estágio e desenvolvimento de trabalhos específicos, tanto para a elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso – os denominados TCCs, como para aplicação de horas de atividade complementar, dando suporte e apoio aos trabalhos e estudos que estejam sendo elaborados em cada uma das Câmaras.



4. Formalização

Com o modelo institucional definido, o próximo passo é a formalização com elaboração de lei, estatuto e regimento interno que assegurem sua

legitimidade e representatividade bem como suas funções de maneira que não sejam conflitantes com outras instituições já existentes na comunidade.



5. Legalização

A legalização da governança pode ser de natureza pública, privada ou mesmo mista. Pública, na forma de conselho, quando o poder público terá participação financeira e de recursos humanos, além da participação na representatividade. Para tal, é necessária a aprovação de lei, para que tanto o Legislativo quanto o Executivo respaldem a iniciativa e proporcionem certa perenidade ao mecanismo proposto, de forma que, para extingui-lo, seria necessária a aprovação de outra lei na Câmara de Vereadores. Privada, na forma de associações e fundações, na qual o poder público terá participação como representante da sociedade, porém a sustentabilidade financeira será das instituições privadas. Mista, quando há a participação financeira do setor público e privado, bem como nas representações. Neste caso a formação jurídica no formato de conselho é a indicada.



6. Operacionalização

Nesta etapa se definem os gestores da governança por meio de eleição, segundo as normas estatutárias, estabelecem-se o calendário de reuniões para o exercício e também o orçamento operacional com suas diferentes fontes de receita. Nesse momento é feita a distribuição de responsabilidades e ficam definidos também a participação do poder público no processo bem como o modus operandi das Câmaras Técnicas.

6.1. Calendário, organização, registros e avaliações de desempenho

O cronograma das reuniões plenárias deverá ser debatido e definido, identificando-se sua regularidade e operacionalidade de maneira que seja sempre atrativo e estimulante não apenas para quem já está envolvido, mas também para buscar a adesão de novas lideranças. Da mesma forma se procederá com o cronograma da Diretoria Executiva e Câmaras Técnicas. A periodicidade a seguir pode ser uma sugestão: para a Diretoria, semanalmente; para o Plenário, men-

salmente; e para as Câmaras Técnicas, semanal ou quinzenalmente.

Na pessoa do diretor executivo, ou de um assessor administrativo, recomenda-se que, desde o início da formação da governança, façam-se os registros de todas as reuniões, com fotos, listas de presença legíveis, pelo menos com data, nome, entidade e contatos dos participantes. Havendo possibilidade, as reuniões deverão ser gravadas para que os arquivos possam fazer parte da história e dirimir as dúvidas que fatalmente surgirão no decorrer do processo. Devem buscar-se, à medida do possível, ambientes para que as reuniões sejam agradáveis e acolhedoras, além de se procurar propiciar, aos participantes, a vontade de fazer parte do programa e o desejo de preparar o futuro.

Para cada reunião do programa “O Futuro da Minha Cidade”, as seguintes informações devem ser apresentadas para todos:

- ata da reunião anterior;
- objetivo da reunião e pauta;
- materiais informativos, também os advindos de outras instituições;
- em havendo estudos e materiais, os mesmos devem ser disponibilizados para futuros acessos.



Além da organização das reuniões e do dia a dia, a avaliação de desempenho das reuniões também deve ser realizada e, para tal, alguns pontos-chave são elencados:

- Quem participou? Eles adequadamente representam o grupo a ser consultado?
- Que informação foi fornecida para os participantes? A informação foi precisa e imparcial? Será que os participantes entenderam isso?
- O tempo dedicado para discussão e sugestão foi suficiente?
- As intervenções da plenária foram satisfatórias?
- Os participantes, indutores e partes interessadas demonstraram-se satisfeitos com o processo?

As respostas a esses tipos de perguntas podem ser úteis para inclusão em relatórios para organização e observadores críticos do processo.

6.2. Indicadores

O projeto requer, ainda, a definição de indicadores que avaliem o andamento e a consolidação da governança no decorrer do tempo, seja da Diretoria, Plenário ou Câmaras Técnicas, e, para isso, a frequência de presenças das lideranças nas reuniões é

um importante indicador, bem como o número de reuniões realizadas.

Indicadores para medirem as contribuições, resultados entregues pela governança à cidade também devem ser estabelecidos. É das Câmaras Técnicas que boa parte dos resultados virão, pois os projetos e planos de ações serão aí desenvolvidos. As Câmaras terão várias temáticas conforme as prioridades de oportunidades e desafios definidos pelas lideranças e por estudos realizados localmente ou contratados por consultorias especializadas. Neste caso, deve-se valer de indicadores que já estão disponíveis, de fácil obtenção, fácil compreensão, mensuráveis, comparáveis e com métrica de cálculo já padronizada ao menos nacionalmente. Ao se estabelecer indicadores, metas serão traçadas e estas devem ser factíveis, terem referências e similaridade de contexto.

A interseção desses indicadores com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1) é outro requisito relevante. Os ODS são uma agenda mundial, proposta pela ONU em 2013, e contém 17 objetivos, divididos em quatro dimensões principais: social; ambiental, econômica e institucional.



Normalmente, temáticas como saúde, educação, segurança, meio ambiente, gestão pública, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico estarão presentes na formação das Câmaras Técnicas. E, para estas temáticas, alguns indicadores podem ser exemplificados, atendendo aos requisitos mencionados.

Educação: índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB); taxa de aprovação escolar direta; despesa média mensal pública em educação por aluno.

Saúde: anos potenciais de vida perdidos (APVP) – quanto maior este índice, mais jovens falecendo, trazendo informações estratégicas para estudos e políticas públicas; taxa de

internamentos por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB); taxa de mortalidade infantil a cada 1.000 nascimentos; despesa total com saúde por habitantes (em R\$).

Segurança: taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes; taxa de acidentes de trânsito com vítima a cada 1.000 veículos; número de habitantes por policial militar.

Meio ambiente: taxa de resíduos sólidos urbanos reciclados sobre o total de resíduos sólidos urbanos gerados; índice de qualidade da água (IQA) dos rios no perímetro urbano; taxa de estabelecimentos com fonte de energia renovável; perda total de água da captação ao consumo.

Gestão pública: taxa de investimento sobre a receita total; dívida ativa por habitante; percentual dos gastos com pessoal e encargos sociais sobre a receita total; percentual dos gastos com previdência social sobre a receita total; arrecadação de IPTU por habitante.

Desenvolvimento econômico: salário médio dos trabalhadores formais; PIB per capita; número de startups em operação.

Mobilidade urbana: quilômetros de ciclovias por 100 mil habitantes; número de automóveis per capita.

A Figura 2 apresenta um modelo de organização dos indicadores:

ODS

NOME DO INDICADOR:

INDICADOR ATUAL:
MELHOR PRÁTICA NO BRASIL:
META ATÉ XXXX:

EXPLICAÇÃO DO INDICADOR:

Figura 2 – Modelo de apresentação de indicador.

6.3. Parceria entre o poder público e a governança

O poder público será um integrante indispensável para que a governança se desenvolva, por isso, várias questões devem estar bem consensadas e pactuadas. Uma delas é o alinhamento das expectativas criadas sobre a governança quanto ao seu

poder de entrega de resultados para a comunidade, para o Poder Executivo e Legislativo. De fato, o Poder Executivo é quem detém o orçamento, mão de obra e estrutura para operacionalizar os projetos. A governança tem articulação, representatividade (legitimidade), continuidade, conhecimento do que quer para a cidade e direcionamentos para tal. Por certo, a sociedade civil também fará seus



investimentos, unirá projetos com o público, buscará em conjunto boas práticas e fundos, sem deixar de se atentar para seus limites financeiros e operacionais.

Outro ponto a considerar é que a governança se tornará uma entidade em que o prefeito, presidente da Câmara e demais lideranças acessarão para compartilharem suas ideias, seus desafios e oportunidades pertinentes ao desenvolvimento da cidade e que, de acordo com seu foco de atuação, estará receptiva para fazer suas contribuições.

Em especial, para modelos jurídicos em que a governança não tem vínculo formal com a Prefeitura, o termo de cooperação, a exemplo do realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia (CODESE – GO) e a Prefeitura, é um bom caminho para se sistematizar uma agenda de interlocução nas diferentes temáticas da

gestão pública e desenvolvimento da cidade. No case citado, o CODESE – GO ainda avançou para uma carta de navegação 2017/2018, apresentando um conjunto de ações prioritizadas em comum acordo entre a Prefeitura Municipal de Goiânia e o CODESE, contemplando também uma estrutura de governança para o exercício dessa cooperação, envolvendo as Câmaras Técnicas, prefeito, presidente da governança, secretários e diretores municipais e, por fim, um processo de avaliação das ações.

O apartidarismo, o não envolvimento direto com partidos políticos tanto das entidades, quanto dos conselheiros são outros pontos fundamentais para a continuidade e produtividade da governança. Indica-se uma política de aproximação a todos os políticos eleitos para conhecerem os projetos da governança, de forma que tenham as portas abertas para acessarem esta e que também possam ser demandados.

“

O apartidarismo, o não envolvimento direto com partidos políticos tanto das entidades, quanto dos conselheiros são outros pontos fundamentais

”



7. Planejamento do presente e do futuro

Nem sempre quando uma governança é formada, inicia-se um processo de planejamento de futuro, seja porque o mesmo já existe antes da formação da governança, seja porque inúmeros desafios do dia a dia ou do

escopo do Plano Plurianual necessitam ser planejados e priorizados.

Independentemente de uma escolha inicial para um plano de curto e médio prazo ou longo, a governança carece de uma dinâmica de planejamento com todos os integrantes públicos e privados, bem como de um rigor metodológico, vencendo etapas de discussões das iniciativas já existentes no setor público e privado, levantamento de boas práticas nacionais e internacionais, alinhamentos



Evento O Futuro da Minha Cidade - Santa Cruz do Sul-RS

com certificações, novos desafios e priorizações. Para um plano de curto e médio prazo em boa parte das situações o resultado final, gerado com a condução técnica local, se mostra eficaz. As lideranças já contam com estudos realizados, com o programa

de governo das secretarias, estudos advindos de entidades como Sebrae, instituições de ensino superior etc. Para um plano de longo prazo, contribuições externas têm se mostrado importantes, seja por estudos avançados em simulações em econome-



tria, seja por desenvolvimento de cenários com as megatendências, seja pela experiência adquirida em outros planos, seja pelo “brand” da consultoria que dará acreditação internacional para o plano, neste caso, o plano atua também como uma ferramenta de atração de investidores.

Um aspecto a se considerar em uma escolha inicial para uma pauta de trabalho voltada às questões de curto e médio prazo (plano plurianual, por exemplo) é a oportunidade para se amadurecer a governança, testar seus limites, aprimorar na relação com o poder público e com a comunidade, elevar o entendimento sobre a gestão pública e contribuir com projetos e entregas mais imediatos. À medida que estas relações e entregas avançam, é bem provável que a governança terá um ambiente para darem início a um plano de futuro, de maior envergadura financeira, dedicação da sociedade civil e de tempo.

Iniciar a governança com um plano de longo prazo já em mãos ou desenvolvê-lo pode ser arriscado? Não, se houve tempo para a sociedade civil ganhar maturidade sobre o empreender cívico e social, cooperação, entendimento sobre políticas públicas e o consenso de que o plano de futuro é a prioridade. Caso contrário, corre-se o risco de este não ser legitimado, seja porque os membros da governança não par-

ticiparam e, portanto, não se sentem pertencentes, seja porque não o veem como prioridade, mediante os problemas mais urgentes. Para se citar exemplos, planos muito bem desenvolvidos tecnicamente e de alto investimento foram entregues exclusivamente ao Poder Executivo, sendo descontinuados nas próximas eleições.

Há que se considerar, por outro ponto de vista, que o desenvolvimento de um plano de longo prazo ou a existência do mesmo no início da governança podem ser vistos também como desafios que motivam e reforçam a união dos membros. Para tanto, há que se fazer esta interpretação das reações pelos líderes da governança para saberem como avançarem e darem os próximos passos, sempre tendo como premissa de que planejar o futuro é agir no presente.

Por último, há que se levar em consideração que trabalhar um plano de futuro, juntamente com uma agenda de curto e médio prazo já em andamento, por certo haverá inúmeros pontos de interseção, enquanto outras ações serão acrescentadas, o que resultará em maior volume de trabalho. O fato de esta agenda de projetos ser gerida com recursos humanos e financeiros limitados da governança será um ponto de atenção, análise, decisões e até de reestruturações pela Diretoria e Plenário.





4 - Como tem avançado o projeto CBIC - "O Futuro da Minha Cidade"

4 - Como tem avançado o projeto CBIC – “O Futuro da Minha Cidade”

Nestes seis anos de existência, o projeto “O Futuro da Minha Cidade” levou seu evento de sensibilização para 22 cidades do Brasil: Aparecida de Goiânia-GO, Belém-PA, Brasília-DF, Campo Grande-MS, Cascavel-PR, Caxias do Sul-RS, Chapecó-SC, Goiânia-GO, Itapema-SC, João Pessoa-PA, Joinville-SC, Manaus-AM, Natal-RN, Porto Velho-RO, Santa

Cruz do Sul-RS, Santa Maria-RS, São Gonçalo do Amarante-CE, São Luís-MA, Teresina-PI, Uberlândia-MG, Vitória-ES, Volta Redonda-RJ.

De acordo com o último levantamento de acompanhamento da implementação realizada em maio de 2017 pela CBIC, 14 cidades deram continuidade ao projeto após o evento de sensibilização, conforme Quadro 01.

CIDADE	SENSIBILIZAÇÃO	MOBILIZAÇÃO	INSTITUCIONALIZAÇÃO	FORMALIZAÇÃO	LEGALIZAÇÃO	OPERACIONALIZAÇÃO	PLANEJAMENTO
Aparecida de Goiânia-GO;	FOI INTEGRADA AO PROJETO EM GOIÂNIA						
Belém-PA;							
Brasília-DF;							
Cascavel-PR;							
Chapecó-SC;							
Goiânia-GO;							
Joinville-SC;							
Manaus-AM;							
Porto Velho-RO;							
Santa Maria-RS;							
São Gonçalo do Amarante-CE;	NÃO FOI IMPLEMENTADO						
São Luís-MA;							
Teresina-PI;							
Uberlândia-MG;							
Vitória-ES							
Volta Redonda-RJ)							

Quadro 1 – Estágio de implementação do projeto nas cidades participantes

Constata-se que mais de 60% das cidades sensibilizadas estão com ações em andamento para a implementação do projeto, há aquelas com a possibilidade de continuidade, o que

representa um excelente indicador de avaliação do projeto.

Entre as principais ações identificadas pelas cidades para o andamento do projeto ressaltam-se



- cidadãos e o poder público com iniciativas em trabalharem em conjunto pela cidade, melhorando sua realidade;
- desenvolvimento de um plano, definindo-se os rumos e os gargalos para o desenvolvimento socioeconômico;
- maior segurança na continuidade dos projetos estruturantes para a cidade com as mudanças nas eleições, sendo a sociedade civil a guardiã;
- criação de indicadores para monitoramento do andamento dos projetos, como já sugerido no capítulo anterior.

Por outro lado, fatores para o não andamento do projeto foram diagnosticados:

- baixo envolvimento do governo municipal;
- baixo envolvimento das lideranças;
- comunicação insuficiente para a atração e retenção das lideranças no projeto;

- não houve nomeação de instituições e lideranças para darem prosseguimento;

Algumas governanças foram selecionadas para serem descritas com maior profundidade, são casos que estão em andamento ou em estágios avançados de implementação e que poderão contribuir para os projetos que estão se formando.

Brasília-DF: CODESE DF – Conselho do Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal.

Criado em março de 2017, por iniciativa da sociedade civil organizada, o CODESE tem caráter propositivo e consultivo. Seu objetivo central é participar ativamente do planejamento econômico sustentável de Brasília e entorno, em curto, médio e longo prazo.

O CODESE tem como características a participação voluntária, visão de fu-



turo e planejamento, suporte técnico profissional, foco no desenvolvimento econômico e social, apartidarismo e representatividade da sociedade civil organizada. Foi criado com a participação de mais de 50 entidades, hoje se encontra com 62 entidades. Sua estrutura conta com uma Mesa Diretora, Conselhos, Plenário e 19 Câmaras Técnicas Setoriais, compreendendo 242 voluntários. A criação do Codese DF foi uma demonstração de credo da sociedade em seu potencial para pensar, elaborar, articular e promover ações impactantes para definir o DF que desejava com foco em 2030. O caminho menos oneroso e factível para se atingir esse desejo está na convergência de uma articulação harmônica entre a sociedade organizada e o setor público. A proposta é simples, mas ousada: em prestar a competência de especialistas em diversos setores econômicos, sociais e humanos ao poder público. A população deve tomar consciência do poder que tem e assumir responsabilidades, equilibrando o papel dos políticos e da sociedade.

Dentre seus projetos, tem dado prioridade à preparação de um amplo Programa de Estado – “ DF 2018 – 2030 : O DF que a gente quer”, a ser apresentado, em agosto de 2018, aos candidatos que disputarão o governo do Distrito Federal.

O programa aponta o futuro que a sociedade espera dos governos, em curto médio e longo prazo, tendo como referência a Agenda 2030 da ONU que estabeleceu as 17 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As Câmaras Técnicas que compreendem o CODESE-DF são Cidadania, Comércio e Serviços, Cultura, Cultura de Paz e Não Judicialização, Desenvolvimento Urbano, Educação, Energias Renováveis e Sustentabilidade, Esportes, Gestão Pública, Indústria, Logística e Distribuição, Negócios Agropecuários, Projetos Estruturantes, Regiões Metropolitanas do Eixo Brasília – Goiânia e Ride, Saúde, Segurança, Tecnologia, Turismo, Hospitalidade e Gastronomia, Vestuário e Moda.

Cascavel-PR: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Cascavel

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Cascavel foi criado há mais de dois anos e é formado por mais de 65 entidades. Destas, 19 compõem o Plenário do Conselho. A missão é, em parceria com outras forças e poder público, conduzir Cascavel ao futuro que essa cidade verdadeiramente pode alcançar. O Conselho está ligado a três premissas básicas, longo prazo, econômica e social, e não deve executar e, sim, propor, para as entidades e



poder público. Faz-se um trabalho lúdico de desenhar o futuro e ajudar no acompanhamento do plano de ação.

É composto por oito Câmaras Técnicas: Agropecuária; Capital Técnico e Tecnológico; Educação Empreendedora; Energia; Saúde e Bem-Estar; Segurança; Transporte e Mobilidade e Urbanismo; e Meio Ambiente.

A Câmara de Urbanismo e Meio Ambiente contribuiu na reestruturação do IPC- Instituto de Planejamento de Cascavel -, que tem a missão central de pensar o futuro e projetar ações e seus desdobramentos de médio e longo prazo, inicialmente com foco em 2030. Também contribuirá com outro aspecto elementar do processo: focar o crescimento econômico para gradualmente entregar, à comunidade, avanços sociais de grande alcance.

As Câmaras do Conselho de Desenvolvimento já pontuam vários caminhos possíveis para o fomento econômico de Cascavel. Um deles está em estímulos às cadeias propulsivas.

O atual desafio das oito Câmaras Técnicas é produzir a “fotografia do futuro” que indique a Cascavel que se quer para os próximos anos.

Caxias do Sul – RS: MobiCaxias – Mobilização por Caxias

Após a realização do evento pela CBIC “O Futuro da Minha Cidade”, no dia 13 de junho de 2017, que reuniu 250 pessoas, foi criado um movimento denominado MOBICAXIAS, que busca viabilizar o projeto.

Na sequência, foram realizadas diversas reuniões internas, além de duas reuniões preparatórias para o Seminário



“Mobilização por Caxias”, que aconteceu no dia 11 de novembro de 2017.

Em 2018, ocorreu uma reunião no dia 26 de fevereiro com todos os apoiadores do movimento, que são sindicatos, instituição de ensino, entidades associativas e ONGs, com o objetivo de dar andamento ao projeto de mobilização, que está em fase de tratativas para a instalação de um escritório físico, com profissional habilitado, para o desenvolvimento do projeto.

Goiânia-GO: CODESE - Conselho do Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia e Região Metropolitana.

Criado em 2015, entidade sem fins lucrativos e apartidária, o CODESE visa trabalhar em parceria com a gestão pública a fim de criar soluções dinâmicas para o desenvolvimento socioeconômico da capital, para que, em 2033, ano de seu centenário, Goiânia esteja entre as dez melhores cidades para se viver, segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com a participação da sociedade civil, por meio das Câmaras Técnicas, e pelo auxílio de consultorias, o Conselho desenvolveu o documento “Goiânia 2033 - O Centenário”, que pontua quatro eixos de ações: desenvolvimento econômico, ambiental,

social e gestão pública. O referido documento, que apresenta as principais diretrizes para Goiânia, foi entregue aos candidatos à Prefeitura da cidade, no pleito para as eleições de 2016. Em 2017 o CODESE firmou um acordo de cooperação com a Prefeitura, que marca o início do trabalho de colaboração entre a entidade e a gestão municipal, por meio do qual este Conselho poderá colaborar com a administração pública, visando à implementação de ações conjuntas, de interesse mútuo, que vislumbrem a melhoria das condições de vida da população de Goiânia e, consequentemente, o incremento do IDH. Na sequência, em comum acordo entre a Prefeitura Municipal de Goiânia e o CODESE, foram elaboradas a Carta de Navegação, apresentando um conjunto de ações prioritizadas para serem executadas ao longo de 2017 e 2018, bem como a estrutura de governança para o exercício dessa cooperação, definindo instâncias e competências para que o trabalho da equipe da Prefeitura e da do CODESE seja realizado de forma sinérgica e produtiva. O Conselho é formado pelas seguintes Câmaras Técnicas: Cidadania, Desenvolvimento Urbano, Educação, Logística e Distribuição, Meio Ambiente, Modernização da Gestão Pública, Negócios Agropecuários, Saúde, Segurança, Tecnologia e Inovação, Turismo e Vestuário e Moda.

Atualmente, as Câmaras estão trabalhando em uma análise crítica da proposta do Plano Diretor de Goiânia, em que as sugestões sobre o tema serão apresentadas em um documento encaminhado à Prefeitura de Goiânia. Também estão em discussão propostas com abrangência para a região metropolitana, que contemplarão outro documento que será entregue aos candidatos ao governo do Estado.

Manaus-AM: CODESE – Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Manaus

O projeto teve início em outubro de 2016, com palestras e visitas de sensibilização, e, em meados de 2017, foi

realizada a fase de mobilização, com um workshop definindo oportunidades e desafios para subsidiar posteriormente as Câmaras Técnicas.

Em março de 2018, esse projeto foi lançado oficialmente, à sociedade, com a designação da Diretoria e apresentação do Conselho, consolidando o intuito de promover o desenvolvimento da cidade com visão estratégica para os próximos 20 anos – 2038.

Em abril de 2018 foram definidas as Câmaras Técnicas por facilitação de um workshop de engajamento com representantes renomados dos mais importantes setores da sociedade, além de indicações para a matriz de responsabilidade do projeto.

Evento O Futuro da Minha Cidade - Manaus-AM





Uberlândia-MG: CODEN Uberlândia 2100 – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia

O CODEN Uberlândia 2100 foi criado em 2016, é o órgão executivo do Fórum Uberlândia 2100, plano realizado com a participação de 500 “apaixonados”. O conselho é uma iniciativa da sociedade civil, em conjunto com o poder público, cujo objetivo é planejar o futuro da cidade, sendo essa entidade a guardiã do plano que irá além da transitoriedade dos mandatos políticos.

O conselho adota a neutralidade político-partidária e conta com a participação voluntária dos “apaixonados” pela cidade para sugerir e viabilizar propostas para o desenvolvimento em longo prazo, com o horizonte em 2100. Formado por 17 instituições, Diretoria Estatutária com 3 membros e Diretoria Executiva com quatro membros, o conselho realizou, em 2017, a segunda edição do Fórum Uberlândia 2100, com foco na “Internacionalização de Uberlândia e região”, contando com a presença de 450 “apaixonados”.

Compreendem as Câmaras Técnicas: Atração de Investimentos, Desenvolvimento Sustentável, Educação, Mobilidade Urbana, Planejamento Urbano, Saúde Pública, Segurança Pública, Logística e Inovação e Integração Tec-

nológica. No momento, três projetos estão aptos para a deliberação do conselho e oito propostas de grande impacto para o futuro da cidade estão em andamento.

Volta Redonda – RJ: CODESE - Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Volta Redonda.

Em outubro de 2015, a CBIC realizou o evento de sensibilização, sua criação aconteceu em março de 2017. O CODESE foi criado na forma de uma associação de direito privado com o objetivo de discutir soluções estratégicas no desenvolvimento sustentável do município para os próximos 20 anos. Atualmente a associação trabalha com duas Câmaras Técnicas – Fórum das Entidades para a Cidadania Fiscal e da Educação, e em 2018 criou a da Saúde e Mobilidade Urbana.

A CBIC também tem inspirado governanças de âmbito regional. No evento de sensibilização em Cascavel-PR, as lideranças da região estavam presentes, reforçando a motivação para o engajamento regional, formado pelo “Oeste em Desenvolvimento”.

Oeste em desenvolvimento: Programa de desenvolvimento econômico do território oeste do Paraná.

O programa é uma ação de governança regional que busca promover



o desenvolvimento econômico da região, por meio de um planejamento e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrada. Desenvolve, para esse fim, um processo participativo, fomentando no território a cooperação entre os atores públicos e privados.

Para tanto, constituiu uma governança formada por um Fórum, presidente, vice-presidente, Coordenação, Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas. Atua em eixos estruturantes, eleitos por meio de levantamento de dados do perfil socioeconômico e demográfico-empresarial da região, sendo eles Infraestrutura e Logística, Pesquisa e Desenvolvimento, Crédito e Fomento e Capital Social e Cooperação. O programa tem a proposta de estabelecer estratégias de desenvolvimento nos 54 municípios contemplados nessa mesorregião

do Paraná, tornando o ambiente favorável para a criação e a evolução dos negócios, de modo sustentável, por meio de acesso a novas tecnologias e mobilização para a inovação.

Baseado no levantamento de dados socioeconômicos, ativos tecnológicos e da sinergia dos atores institucionais da região, o programa Oeste em Desenvolvimento possibilitará potencializar as cadeias produtivas dos setores estratégicos e, assim, gerar condições favoráveis para o desenvolvimento e melhoria do ambiente dos pequenos negócios e o aumento da qualidade de vida para sua população, tendo como foco de atuação nas seguintes cadeias: Câmara Técnica da Proteína Animal, do Frango, de Suínos, de Peixe, do Leite, de Energias, de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Sistema Regional de Inovação.





5 - As megatendências globais e O Futuro da Minha Cidade

5 - As megatendências globais e O Futuro da Minha Cidade

Pensar na cidade em longo prazo já é uma mudança expressiva para qualquer comunidade. O entendimento de que o planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras e, sim, com as consequências das decisões que estão sendo tomadas agora ainda é muito pouco compreendido e praticamente ausente das análises de cenários social e econômico e como deverão influenciar o planejamento urbano.

A recomendação é que essas megatendências sejam objeto de aprofundamento em Câmaras Técnicas específicas e que as avaliações de seus impactos sejam consideradas transversalmente em outras Câmaras onde a interação seja mais evidente.

Entre essas megatendências estão, por exemplo,

- o acelerado processo de urbanização, provocando crescimento desordenado do perímetro urbano e, conseqüentemente, comprometendo a mobilidade de pessoas e mercadorias;
- a mudança do perfil demográfico com o rápido envelhecimento da população;

- as mudanças climáticas e os impactos de fenômenos naturais cada vez mais intensos e frequentes;

- a tecnologia exponencial, o monitoramento urbano e a internet das coisas, abrindo espaço para o conceito das cidades inteligentes (smart cities).

Mobilidade

Todas as cidades acima de 20 mil habitantes obrigatoriamente precisam elaborar seus planos de mobilidade urbana com visão de longo prazo. Seria recomendável que a Câmara temática de Mobilidade considere elementos relevantes que deverão se tornar realidade em várias cidades brasileiras e que, dentro de um horizonte de 20 anos, poderão representar alterações muito significativas no trânsito e por consequência nos sistemas viários que estão sendo projetados para solucionar os complexos problemas de congestionamento que enfrentam inúmeros aglomerados urbanos e metropolitanos.

A indústria automotiva já está consciente da tendência de redução no número de veículos particulares e o crescimento expressivo do carro compartilhado e por isso mesmo



praticamente todas as montadoras estão investindo em tecnologias de compartilhamento. Isso reduzirá o volume de carros nas ruas e diminuirá o alto custo de manutenção das rodovias ao longo dos anos. Da mesma forma, os expressivos investimentos no veículo autônomo colocarão nas ruas automóveis que poderão servir a várias pessoas ao longo do dia, em vez de congestionar as ruas nos horários de pico e depois ocuparem vagas de estacionamento a maior parte do tempo, isso também afetará positivamente a mobilidade, no entanto exigirá do poder público normas e regulamentação específicas.

Esses componentes certamente orientarão o mercado para os veículos elétricos, que, por sua vez, exigirão dos códigos de obra e da engenharia de trânsito soluções para o reabastecimento ou carregamento das baterias em edifícios residenciais ou comerciais futuros, mas também adaptações

aos existentes. Alguém precisa pensar no cenário futuro e tomar decisões para que esse cenário se viabilize com menores e melhores investimentos públicos e privados.

Perfil demográfico

A redução das taxas de natalidade, associada a avanços tecnológicos na área da saúde, bem como a melhoria na qualidade de vida da população estão provocando alterações relevantes na composição demográfica das cidades brasileiras.

As pressões atuais para construção de creches e abertura de vagas em escolas do ensino fundamental, hoje praticamente universalizado, verão demandas decrescentes ao longo dos próximos anos simultaneamente ao aumento significativo de uma população idosa que demandará, cada vez mais, atenção, infraestrutura e investimentos das Prefeituras.



Creches que estão sendo construídas agora deverão ser projetadas para conversão futura em centros de atendimento de idosos.

Como esse fato irreversível está sendo considerado nas políticas públicas na área da educação, da saúde, da habitação, do transporte coletivo, da atividade produtiva com menos pessoas ativas economicamente do que inativas e até mesmo no trânsito já que mais vagas para o estacionamento de idosos serão demandadas.

Da mesma forma, se os projetos e promessas políticas forem exitosos, deveremos assistir a uma alteração na composição socioeconômica da população com uma ascensão social que influenciará a ocupação urbana e as demandas sobre equipamentos públicos e infraestrutura. Pensar nisso agora é essencial numa estratégia de longo prazo.

Mudanças Climáticas

O aquecimento global está cientificamente constatado, independentemente da discussão sobre suas causas serem decorrência de intervenção antrópica ou fenômenos naturais.

O fato inquestionável é que a temperatura da Terra está subindo e isso provocará relevante aumento nos eventos climáticos extremos, com importantes impactos nas cidades,

podendo causar prejuízos muito elevados tanto sociais como financeiros.

Chuvas intensas, muito acima das ocorrências anteriores, estão acontecendo e a tendência é de que sejam cada vez mais frequentes, portanto, suas consequências deveriam ser previstas num plano de adaptação e mitigação de mudanças climáticas. Mapeamento de áreas vulneráveis e equipamentos públicos suscetíveis a impactos mais relevantes já deveria estar sendo feito, inclusive com programas de realocação de pessoas das zonas de risco, de forma que nem moradores nem o poder público sejam surpreendidos com tais eventos.

Cidades que têm rios dentro de seus perímetros urbanos, por exemplo, devem dar mais atenção não apenas aos aspectos diretamente relacionados com eventuais enchentes como também considerar a conveniência de projetar equipamentos públicos a serem construídos como possíveis alternativas para atender a situações emergenciais. Por exemplo, a construção de ginásios de esportes em cidades mais suscetíveis a inundações deveria prever instalações sanitárias dimensionadas para a eventualidade de serem usados como abrigos temporários bem como ter espaços que possam ser adequados a refeitórios ou berçários. Será mais barato prever



isso no projeto agora do que buscar soluções emergenciais de última hora.

Estradas ou vias de acesso aos equipamentos de saúde, que são amplamente demandados em catástrofes, igualmente merecem atenção especial e o planejamento de soluções alternativas não deveria ser menosprezado.

Economia Circular

Assim como as mudanças climáticas, os impactos da economia circular gerarão acentuadas pressões sobre as políticas públicas. O entendimento de que todos os resíduos devem voltar ao processo produtivo está cada vez mais presente nos planos estratégicos de organizações públicas e privadas. Muitos avanços acontecerão

com as tecnologias focadas na destinação de resíduos sólidos urbanos e isso exigirá, das Prefeituras, investimentos em novos conceitos de coleta e destinação, bem como novos comportamentos da população em hábitos de consumo, visando à redução, reutilização e reciclagem daquilo que consideramos lixo. Antecipar soluções que caracterizam tendências globais nessa área podem resolver problemas ambientais e simultaneamente alavancar a economia, atraindo novos negócios.

Inovação e Avanços Tecnológicos

O acelerado e intensivo uso das redes sociais e da telefonia móvel, associado à crescente capacidade de gerar, armazenar e utilizar dados, tem transformado a vida das pessoas, a



atividade econômica em geral e, conseqüentemente, as cidades.

A velocidade dessas mudanças, no entanto, continuará aumentando e quem não conseguir se adaptar e se preparar para isso está correndo riscos relevantes em todas as áreas.

Economia circular, economia criativa e economia digital, juntamente com Data Science, são mais do que expressões do vocabulário, esses conceitos já estão transformando a atividade produtiva e determinando o grau de competitividade e atratividade de cidades e regiões, assegurando ou comprometendo, portanto, o futuro próximo destas.

Os impactos positivos ou negativos dessas tendências estão diretamente associados a investimentos e políticas públicas que permitam ou

favoreçam o fortalecimento de ecossistemas de inovação.

As pessoas terão cada vez mais dispositivos conectados fazendo parte do seu cotidiano. A qualidade e a disponibilidade de conectividade serão, portanto, diferenciais muito relevantes para o desenvolvimento de negócios e geração de oportunidades de trabalho e renda. Cidades que têm leis restritivas à instalação de antenas para celulares, por exemplo, estão provocando prejuízos incalculáveis ao próprio crescimento econômico.

Muito rapidamente, a tecnologia substituirá pessoas e eliminará postos de trabalho ao mesmo tempo em que criará uma abundância de novas oportunidades desde que o entendimento e a preparação para



esse novo paradigma estejam presentes nas políticas públicas que vão desde a educação fundamental já utilizando tecnologias pedagógicas modernas e disruptivas até a indústria 4.0 que alterará modelos tradicionais de produção de bens de consumo com uma presença cada vez maior das impressoras 3D, por exemplo, substituindo instalações industriais de alguns produtos.

Considerando-se a velocidade extraordinária dos avanços tecnológicos, uma análise aprofundada das perspectivas desses impactos em relação à realidade econômica de cada cidade, além da eficiência do uso dos recursos, como água e energia, deveria ser objeto de Câmara temática específica com alta relevância e foco nas adequações indispensáveis que devem influenciar tanto o poder público quanto o setor privado, com indispensável participação da academia.

A efetiva implementação dos conceitos de Smart Cities e, na sequência, de Sharing Cities determinará as cidades que conseguirão florescer em meio ao turbilhão tecnológico que transforma o mundo.

Desafios da Agenda 2030

Acordos globais, propostos pela ONU, como a Nova Agenda Urbana, resultante do HABITAT III, o Acordo

de Paris da COP 21 e os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - estão entre os compromissos assumidos pelo Brasil no contexto da Agenda 2030 e, portanto, integralmente presentes no horizonte de 20 anos à frente.

Como traduzir essas metas e compromissos para a realidade da minha cidade? Quais são as responsabilidades que cabem à minha comunidade? De que forma a cidade está se preparando para incorporar agendas indissociáveis da realidade futura? Em que momento a interseção entre o presente e o futuro terá início na minha cidade?

Essas perguntas precisam de respostas e seria uma posição descomprometida consigo mesmo e com a comunidade esperar ou até mesmo cobrar da Prefeitura Municipal que apresente propostas de médio e longo prazos para enfrentamento desses desafios, até porque estes extrapolam os mandatos e não devem e nem podem ser passíveis de interrupções ou descontinuidade em consequência de aspectos político-partidários. A abordagem técnica, e até mesmo científica, destes temas é tão importante que somente a sociedade civil organizada com a participação imprescindível das universidades pode blindar o projeto de futuro da cidade.





6 - Considerações Complementares



6 - Considerações Complementares

Apoio Especializado

Recomenda-se a constituição das governanças por meio do auxílio de consultoria (facilitadores), considerando-se experiências vivenciadas anteriormente, seja como consultor, seja na atuação como conselheiros, executivos de governanças. Devem-se levar em consideração também a realidade de cada cidade em seus inúmeros aspectos, em especial, trabalhos sinérgicos já realizados e seu estágio de implementação, ambiente de cooperação entre as entidades, entre as pessoas. Essas questões, dentre outras, determinarão o plano de trabalho para cada cidade, somam-se, ainda, ao caminhar da implantação, a escolha de modelos jurídicos da governança, orientações quanto a dimensionamentos de pauta de temas e projetos versus capacidade técnica e financeira instalada.

Atuação da Mulher e do Jovem

A participação das mulheres, bem como dos jovens, é importante na formação de governanças da sociedade civil. A inserção das mulheres para incentivar a participação na atuação junto às Câmaras Técnicas

em suas especialidades, na Diretoria, no Plenário, representando sua entidade de classe e porque já atuam em projetos sociais e cívicos pelas cidades. Os jovens, para irem se ambientando e desenvolvendo o empreendedorismo e poder de impacto tal e qual já o fazem com o de negócios, por estarem familiarizados a produzirem e usufruírem da inovação e tecnologia, elementos estratégicos para a pauta de trabalho e para perpetuarem a governança – o potencial social se renovando.

Empreendedorismo de Integração

Quando se falam em sociedade civil organizada, aborda-se o exercício do empreendedorismo cívico-social, criando-se um capital social que pensará a coletividade, fortalecimento da comunidade, aprimoramento da articulação, entendimento da política institucional, da meritocracia, do apartidarismo, da gestão pública e políticas públicas, reconhecendo os limites da ação do Estado e melhorando, por exemplo, o desenvolvimento socioeconômico, a qualidade de vida e o ambiente de negócios da cidade e ou território.

O empreendedorismo social está pautado nas ações que desenvolvam o coletivo e tem seu foco na solução dos problemas e oportunidades que estão presentes nas cidades e que beneficiarão os mais diferentes segmentos da sociedade. Exige o redesenho de relações entre comunidade, governo e setor privado, com base no modelo de parcerias. O resultado final desejado é a promoção da qualidade de vida social, cultural, econômica e ambiental sob a ótica da sustentabilidade. O caminho é a cooperação em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez de eficiência apenas individual.

O empreendedor cívico, pode-se dizer, está contido no empreen-

dedor social, com um enfoque da gestão pública, da democracia, das políticas públicas e de seus impactos no desenvolvimento sustentável de uma cidade ou território, ainda que apartidário. “Tem um entendimento sobre o tema cidades, em especial sobre o quadro institucional e os processos políticos e de gestão” (RAPS – Empreendendo Cidades e Territórios Sustentáveis - 2017).

O desenvolvimento do empreendedorismo cívico-social deve ser um exercício constante, tendo os objetivos de manter e evoluir com o capital social, indispensável para a perenidade da governança.



CBIC

realização



patrocínio nacional

